

*Conquista de Direitos para Superar o
Empobrecimento*

**Estratégia Nacional
2004-2009**

Junho, 2004
(Revisada Outubro 2005)

Índice

- 1. Introdução: o diferencial de ActionAid Brasil**
- 2. O processo de elaboração da Estratégia 2004-2009**
- 3. Análise do contexto: Poder, desigualdade e empobrecimento**
- 4. Marco de referência: O que produz e reproduz os processos de empobrecimento?**
- 5. Nossa abordagem: Como combatemos os processos de empobrecimento em ActionAid Brasil?**
- 6. Metas para a superação dos processos de empobrecimento**
- 7. Prioridades estratégicas da ActionAid Brasil – 2004-2009**
 - 7.1. Os Programas Temáticos**
- 8. Implicações Organizacionais**
 - 8.1 Objetivos Organizacionais**
- 9. Monitoramento e Avaliação**
- 10. Análise de risco**

1. Introdução: o diferencial de ActionAid Brasil

Esta é a ***Estratégia Nacional da ActionAid Brasil*** que estabelece as diretrizes e as prioridades que nortearão nossa atuação no Brasil para o período 2004-2009.

A **ActionAid Brasil** é uma organização não governamental membro afiliado da ActionAid Internacional, atuando no país desde 1999 e com sede na cidade do Rio de Janeiro e governada por um Conselho e uma Assembléia brasileira,.

Nestes mais de cinco anos de atuação contínua no país, estabelecemos parcerias estratégicas com importantes atores engajados na luta contra a pobreza e as desigualdades sociais, como movimentos sociais, organizações não-governamentais e setores da esfera governamental. Em nossas ações e reflexões sempre buscamos articular os níveis local e global.

Atualmente, apoiamos projetos de desenvolvimento local, em diferentes regiões do país, e participamos ativamente de diversas redes e de campanhas pela promoção e garantia de direitos das populações mais empobrecidas e excluídas.

A partir dessa trajetória de ação e de aprendizado – e do diálogo com a experiência dos mais de 30 anos de trabalho de ActionAid Internacional - pudemos construir e consolidar nossa perspectiva crítica sobre as causas da pobreza no Brasil, percebendo-as principalmente como um processo de concentração de poder e de negação de direitos.

A democratização das relações de poder e a afirmação da cidadania dos grupos mais empobrecidos e excluídos da sociedade brasileira têm se tornado, assim, os eixos centrais da estratégia de ação da ActionAid Brasil. Desde o nível local até o internacional, apostamos na criação e no fortalecimento de articulações e redes que potencializem a voz e a força desses grupos, ampliando seu poder de influenciar na proposição e implementação de políticas públicas compatíveis com um desenvolvimento democrático e sustentável.

Nossa abordagem centrada nas pessoas nos leva a tomar posição ao lado dos pobres e excluídos. Acreditando que elas são os agentes primários da mudança procuramos criar condições para o seu empoderamento. Adotando e respeitando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os subseqüentes acordos e declarações das Nações Unidas, nosso trabalho busca assegurar que os direitos das pessoas pobres e excluídas sejam respeitados, promovidos, protegidos e cumpridos tanto pelos Estados quanto por outras instituições e indivíduos poderosos. Procurando maximizar nossa contribuição para a eliminação da pobreza e da injustiça construímos alianças e parcerias com movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil baseadas em relações horizontais de confiança, solidariedade e respeito. Buscando democratizar o acesso às política públicas propiciamos o engajamento crítico com os governos.

Nossas metodologias priorizam a participação, a organização e mobilização, o fortalecimento das capacidades, o trabalho com movimentos sociais, a articulação de redes e campanhas e a produção de conhecimentos para criar alternativas que visen a justiça social.

Estes elementos centrais de nosso trabalho têm sido o diferencial da ActionAid Brasil, como uma organização com participação ativa no campo da sociedade civil brasileira. Assim estamos construindo e afirmando nossa identidade institucional.

Nossa **visão** é um mundo sem pobreza, sem discriminação e com justiça social, no qual cada pessoa possa exercer livremente sua cidadania e ter garantido seus direitos a uma vida digna e com qualidade.

Nossa **missão** é trabalhar para o fortalecimento das populações empobrecidas e excluídas da sociedade brasileira na luta pela superação da pobreza e da injustiça social.

As ações e as reflexões da ActionAid Brasil se baseiam nos seguintes **valores**:

- Respeito mútuo, reconhecendo o valor da diversidade.
- Equidade e Justiça, assegurando igualdade de oportunidades para todos.
- Honestidade e Transparência, respondendo abertamente por nossas ações.
- Solidariedade com as populações empobrecidas e excluídas.
- Coragem e convicção, sendo criativos e persistentes em nosso trabalho.
- Independência de qualquer afiliação religiosa ou político-partidária.
- Humildade, reconhecendo que somos só um dos atores na ampla aliança contra a pobreza

A Criação de ActionAid Internacional

A ActionAid foi fundada na Inglaterra, em 1972, como uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e filiação partidária ou religiosa, voltada para o combate à pobreza. A ênfase estava na luta pelo oferecimento de serviços essenciais às populações mais pobres, como educação, alimentação e saúde. Hoje, após mais de 30 anos, estamos presentes em mais de 40 países atuando com cerca de nove milhões de pessoas nas regiões mais empobrecidas do planeta. Nas últimas décadas, a luta pela afirmação e garantia de direitos fundamentais se tornou o centro de nossa agenda de combate à pobreza, visando influenciar mudanças não só a nível local, como também nacional e global. Assim, vem ampliando sua atuação junto aos diferentes governos e órgãos multilaterais (sistema ONU, OMC, etc), corporações transnacionais, mídia, e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial visando proteger e promover os interesses das pessoas pobres e excluídas.

*Paralelamente a organização viveu um processo de mudanças institucionais que culminou com a criação em 2003 da **ActionAid Internacional** á qual as ActionAid nacionais estão articuladas e que é governada por um Conselho Diretor Internacional composto por representantes dos membros afiliados assim como por indivíduos independentes. Os membros fundadores são ActionAid Brasil, ActionAid Estados Unidos, ActionAid Grécia, ActionAid Itália, ActionAid Irlanda e ActionAid Reino Unido. A Secretaria Internacional está sediada na África do Sul e se encarrega, em conjunto com os escritórios regionais e sub-regionais, de facilitar, administrar e coordenar o trabalho da **ActionAid Internacional**.*

*A fundação da **ActionAid Internacional** visa contribuir na criação de um movimento global contra a pobreza. Nosso compromisso é compartilhado por nossos 350 mil voluntários e apoiadores fiéis. Muitos não apenas sustentam nosso trabalho com recursos financeiros, mas também colaboram em nosso de trabalho de influência de políticas públicas em benefício das pessoas pobres e excluídas. A maior parte do nosso tempo e de nossos recursos é despendida na linha de frente do combate á pobreza. Junto com os parceiros locais tem se construído um relacionamento de confiança e respeito mútuos com as comunidades pobres e excluídas e seus movimentos sociais. Essa interação estreita dá à ActionAid uma base da qual deriva a legitimidade e a autoridade para exercermos nosso trabalho de defesa de direitos nos níveis nacional e internacional.*

Somente se agirmos institucionalmente de forma melhor articulada, construindo parcerias com as comunidades pobres e excluídas, movimentos sociais e redes, mobilizando a sociedade civil e os cidadãos de diferentes partes do mundo e propiciando o engajamento

crítico com governos, instituições e pessoas influentes poderemos alcançar maior impacto e mudanças duradouras na superação dos processos de empobrecimento

2. O processo de Elaboração da Estratégia Nacional 2004-2009

A elaboração desta estratégia se deu através de um amplo processo de debate e reflexão, envolvendo a equipe, as organizações parceiras e diversos colaboradores, dentro e fora do país.

A reflexão acerca das diretrizes e linhas de ação da ActionAid Brasil para os próximos anos começou com uma extensa avaliação participativa de nossa primeira estratégia nacional referente ao período 2001-2003.

Os impactos de nossa atuação foram levantados e analisados por avaliadores externos e debatidos por uma ampla gama de atores sociais com os quais interagimos durante os últimos anos (famílias, lideranças comunitárias e organizações parceiras locais, redes e membros das campanhas nacionais, representantes governamentais e especialistas na luta contra a pobreza. Os resultados dessas avaliações foram sintetizados, compartilhados e debatidos no IV Encontro de Organizações Parceiras da ActionAid Brasil, ocorrido em agosto de 2003, em Belo Horizonte.

Tendo como ponto de partida os subsídios e indicativos tirados no processo de avaliação da Estratégia 2001-2003, a estruturação da Estratégia Nacional 2004-2009 foi realizada de modo a garantir a mesma dinâmica participativa, tanto de nossos profissionais como das organizações parceiras e colaboradores da ActionAid Brasil, incluindo o olhar crítico de companheiros representantes de outros setores de ActionAid Internacional.

Finalmente, entre junho e setembro de 2005, a Coordenação Estratégica de ActionAid Brasil debateu e incorporou contribuições tanto da estratégia de ActionAid Internacional, *Rights to End Poverty* como da estratégia de ActionAid Américas.

Balanço da Estratégia 2001-2003

A partir dos diversos exercícios de revisão, tanto os conduzidos por avaliadores externos como os realizados pela equipe e por nossas organizações parceiras, fica claro que no período de 2001 a 2003, a ActionAid Brasil avançou positivamente na afirmação e consolidação de sua identidade institucional e política no país. Nossa ação esteve canalizada para a viabilização de ações coletivas para enfrentar os processos de empobrecimento, a partir do fortalecimento do poder de intervenção de movimentos sociais e dos setores mais empobrecidos e excluídos da sociedade brasileira.

A ActionAid Brasil ampliou sua inserção no cenário nacional e internacional como um ator engajado em redes e articulações estratégicas para levar adiante propostas de implantação de um modelo de desenvolvimento que seja humano, democrático e sustentável, especialmente no que se refere aos direitos dos setores mais empobrecidos e excluídos.

Os projetos de desenvolvimento local tiveram papel fundamental na implementação de nossa estratégia no período 2001-2003. O trabalho em conjunto com organizações

parceiras envolveu aproximadamente 42 mil famílias e 300 organizações de base em algumas das regiões mais pobres e desiguais do Brasil. Estas experiências se afirmaram como um campo estratégico de enfrentamento da concentração de poder e das desigualdades de acesso a recursos. As principais linhas de ação adotadas para a promoção de desenvolvimento local foram (e continuam sendo): a) o empoderamento dos indivíduos (particularmente, mulheres), famílias, grupos e comunidades; b) a mobilização para demanda por políticas públicas; c) a participação em instâncias de controle cidadão das ações de governo; d) a implementação de ações de combate à pobreza e garantia de direitos que, ao mesmo tempo, procuravam demonstrar sua viabilidade enquanto políticas públicas.

A realização dessas linhas de ação contribuiu, nos últimos anos, para: a promoção da democratização do acesso a recursos naturais, através do estímulo ao modelo de desenvolvimento agroecológico; a democratização do acesso ao mercado, através do estímulo a diferentes iniciativas de geração de renda e empreendimentos solidários; a auto-organização das mulheres em cooperativas e grupos temáticos; o fortalecimento de lideranças entre os jovens das diferentes comunidades, com atividades de lazer e capacitação, entre outros significativos avanços.

Outra dimensão estratégica da atuação da ActionAid Brasil foi o apoio e a participação na criação e no fortalecimento de campanhas e redes, envolvendo mais de 200 organizações da sociedade civil (principalmente de atuação regional e nacional) em torno de questões como educação e segurança alimentar.

Entre as lições apreendidas entre 2001 e 2003, se destaca o fortalecimento da ação coletiva como uma estratégia eficaz para alcançar maior impacto para nossas ações. Nesse sentido, quanto mais as organizações parceiras de projetos de desenvolvimento local ampliavam e consolidavam suas interações com outros movimentos e organizações da sociedade civil, maiores se tornavam suas capacidades de análise e intervenção nos processos de empobrecimento que buscam reverter. Particularmente o Fórum Social Mundial se constitui num processo importante de criação de sinergias no campo da sociedade civil organizada, e por isso, a ActionAid Brasil e a e suas organizações parceiras deveriam intensificar sua participação nele.

Ficou clara a importância do trabalho de defesa de direitos e do engajamento crítico nos espaços participativos abertos no Estado para que as propostas e ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil viessem a ser tomadas como referência na formulação e na implantação de políticas públicas e também para garantir maior transparência.

Avaliou-se também que ainda existem dois eixos de ação e reflexão que merecem ser incorporados de forma mais incisiva e orgânica em nossa estratégia: o enfrentamento das desigualdades raciais como um fator estruturante do perfil da pobreza e da injustiça social no Brasil e o questionamento do papel das grandes corporações na reprodução dos processos de empobrecimento..

3. Análise do contexto: Poder, desigualdade e empobrecimento

Poder é o grau de controle sobre os recursos materiais, humanos, intelectuais e financeiros exercido por diferentes indivíduos, grupos e instituições. Também significa o poder de tomar decisões e fazer escolhas. O poder é relacional, se constitui nas diferentes redes de relações sociais. O poder está desigualmente distribuído.

O contexto global e regional: a globalização neoliberal e a acentuação dos processos de empobrecimento

Nos últimos anos, assiste-se ao aumento da exclusão social, das violações dos direitos humanos, dos ódios inter étnicos e conflitos baseados em fundamentalismos, da violência e das guerras para resolução de divergências políticas entre e em diversos países. Some-se a tudo isso, a precarização do trabalho, o incremento do desemprego, o declínio das políticas públicas ativas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade e o perigo das pandemias. Todo esse quadro aponta para o aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e pobres e dos processos de enriquecimento e empobrecimento dentro do mesmo país num contexto de globalização regido pelo neoliberalismo. A partir do pressuposto de que o mercado por si só organiza melhor qualquer atividade humana, este regime visa à autonomia e mobilidade do capital financeiro e a concentração sem precedentes do capital produtivo, em detrimento das relações sociais e políticas que no passado tinham garantido alguma distribuição social.

A consequência principal desta transformação é a distribuição extremamente desigual de custos e oportunidades: um em cada cinco personas no mundo sobrevivem com menos de um dólar por dia e mais da metade da população mundial vivem com, no máximo, dois dólares diários (se fizermos um corte de gênero, racial e étnico veremos que esta diferença é ainda maior). Cerca de 50 países apresentam hoje um PIB (Produto Interno Bruto) menor do que em 1990. Se tomarmos como referência as *Metas de Desenvolvimento do Milênio*, acordadas por 189 países com a finalidade de estabelecer patamares mínimos de desenvolvimento humano para o mundo, verificamos que houve mais países apresentando retrocessos dos que alcançaram avanços em relação a estas metas.

O contexto atual permanece marcado pela extrema concentração de poder e riquezas nas mãos de poucos países e de corporações transnacionais que buscam manter seu controle sobre as arenas de governança pública e sobre as regras da produção e circulação de bens, serviços e capital. O sistema de governança internacional tem sido usado por esses grupos e governos para impor suas agendas. A grande maioria das resoluções da Organização Mundial de Comércio, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, as iniciativas de blocos comerciais (NAFTA, ALCA, CAFTA, SAFTA)¹, assim como a negociação de acordos bilaterais² tem resultado na sua grande maioria, na inibição das possibilidades de autonomia e sustentabilidade político-econômica dos países em desenvolvimento. Os interesses econômicos e políticos de países ricos são vigorosamente impostos e defendidos, mesmo à custa do enfraquecimento do sistema internacional de mediação de conflitos e da governança mundial, como as agências do sistema das Nações Unidas.

Os impactos negativos da globalização neoliberal se fazem sentir ganham suas cores mais fortes nos países e continentes do sul. De acordo com a CEPAL³, as economias da América Latina e do Caribe cresceram apenas 1,5% em 2003 enquanto o PIB per capita foi 1,5% menor que o de 1997. A taxa de desemprego formal aumentou chegando a 10,7%. Os seis anos de crescimento negativo por habitante provocaram sérios danos sociais que levam muito mais tempo para serem revertidos.

¹ Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, Área de Livre Comércio das Américas, Acordo Centro-Americano de Livre Comércio, Acordo de Livre Comércio do Sudeste Asiático.

² Como os diversos acordos, em curso, que os EUA buscam implantar no continente americano.

³ Fonte: Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, 2003 (http://www.cepal.org/publicaciones/DesarrolloEconomico/3/LCG2223PE/lcg2223e_BP2003.pdf).

A capacidade dos estados latino-americanos e caribenhos de fazer políticas foi limitada por dois grandes processos: a desnacionalização da política e a despolítica da economia. A primeira se caracteriza pela supraterritorialidade das políticas principais (financeira, monetária, fiscal, de comércio exterior, de patentes, e de propriedade intelectual) e do processo de tomada de decisão. Essas políticas estão subordinadas às macropolíticas de globalização e aos seus grandes promotores como o Banco Central Norteamericano (FED), o FMI, o Banco Mundial, a OMC, as corporações transnacionais e as agências que estabelecem os índices de risco-país. No processo de despolítica da economia, os bens e mercadorias constroem uma legislação quase própria que impera sobre a legislação nacional. O consumidor não pode fazer uso pleno daquilo que compra, como, por exemplo, reaproveitar as sementes de cultivos geneticamente modificados. As grandes corporações transnacionais são ativas promotoras desse processo de despolítica da economia.

A onda de democratização durante os anos 1980 e 1990 foi engolida pela globalização neoliberal. As forças democráticas que assumiram os governos em geral mantiveram a inserção de seus países nos mesmos moldes financeiros tomados pelos regimes ditatoriais, na ilusão de uma globalização supostamente homogeneizadora. A derrubada das barreiras afandegárias, a privatização das empresas estatais - base da industrialização nacional - a desregulamentação do mercado de trabalho e a autonomia dos bancos centrais esterilizaram o poder do Estado. O processo de privatização implicou na venda dos serviços de fornecimento de água, educação e saúde a empreendimentos privados com fins lucrativos, tornando inacessíveis a muitas pessoas esses serviços essenciais.

Assim, nesse contexto de desnacionalização da política volta a crescer o abismo entre as instituições políticas e as dinâmicas e demandas da sociedade civil. Pesquisa feita pelo PNUD em 2004 mostrou que mais da metade das populações latino-americanas e caribenhas deixou de considerar a democracia como um valor importante para suas vidas. A perda de valores democráticos aumenta o risco de um neopopulismo autoritário, que exclui os trabalhadores como agentes das políticas e os transforma em objetos de políticas compensatórias como as que funcionalizam a pobreza.

Os países do continente sofrem a radicalização tanto de processos de empobrecimento como de enriquecimento. Por um lado, suas economias demonstram uma estranha combinação de rendas altas, consumo ostensivo e acumulação de capital. Por outro, há uma pobreza extrema, a vassalagem ao capital financeiro e a incapacidade técnico-científica. Em 2003, havia 20 milhões a mais de latino-americanos em situação de pobreza do que em 1997.

Construindo Alternativas e Sinergias: um outro mundo é possível

Estas contradições da globalização hegemônica vêm sendo contestadas por um conjunto de mobilizações, protestos e ações não necessariamente coordenadas. A presença de movimentos sociais, redes e fóruns de cidadãos delineam um novo processo de construção de alternativas e sinergias. Compõem esse processo, por exemplo, as revoltas dos anos 90 contra o FMI; a revolta dos *Zapatistas* em Chiapas; os protestos contra a OMC e os países do G7, com a "batalha de Seattle", os protestos em Quebec e Cancun; as mobilizações no ano 2000 contra a reestruturação dos programas de ajuste estrutural em países como Argentina, Índia, África do Sul e Venezuela; os levantes contra a privatização dos serviços básicos em países do sul como Bolívia. Desenvolve-se assim uma nova forma de imaginar os bens públicos, com uma ativa resistência contra a mercantilização da vida social.

Ao mesmo tempo a emergência de novas constelações de países pobres e em desenvolvimento, como o G20, G33 e G90 desafia o unilateralismo da governança internacional estabelecido pela globalização neoliberal. Conferências internacionais promovidas pelo sistema das Nações Unidas e que contam com a ativa participação de movimentos e organizações da sociedade civil, ratificam, ampliam e criam novos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, servindo como marco na luta legítima dos cidadãos para sua implementação pelos governos nacionais.

Por fim, os Fóruns Sociais Mundiais, que começaram na cidade brasileira de Porto Alegre e têm acontecido desde 2001 representam um dos melhores exemplos da nova política de redes reais e virtuais na luta contra a globalização governada pelo mercado. Um novo slogan vem se espalhando a partir do Sul: 'um outro mundo é possível'. O processo do Fórum Social Mundial vem criando a possibilidade de repensar a política e as instituições democráticas, promovendo um laboratório vivo de cidadania global.

Brasil: um cenário de desigualdades e incertezas

Desde o final dos anos 70, setores da sociedade civil brasileira – em particular, os movimentos sociais rurais e urbanos – promoveram a luta pela democratização do país. A Constituição de 1988 criou novos espaços formais de participação e promoveu a descentralização. Mas ao mesmo tempo ocorreu um forte “aggiornamento” das elites. Os governos eleitos democraticamente durante os anos 90 foram apropriados por elites que promoveram o neoliberalismo. Assim, o cenário latino-americano também se repete no Brasil, que continua a ser um dos países com maior índice de injustiça social e de concentração de renda no mundo. As desigualdades estruturais mantêm-se inalteradas e se expressam em diversas dimensões: desigualdades regionais, raciais, de classe, de gênero e de geração, para citar somente as mais alarmantes. 13,5% da renda nacional estão nas mãos de apenas 1% da população brasileira, enquanto a renda total apropriada por 50% da população corresponde a apenas 14,4%. São principalmente as mulheres e as pessoas de cor negra as atingidas de forma mais incisiva pelos processos de empobrecimento no Brasil⁴.

Não é a falta de recursos (naturais e econômicos) que fez com que 57 milhões de brasileiros vivessem abaixo da linha da pobreza e 25 milhões fossem indigentes,. A concentração das riquezas naturais e da renda é um processo histórico, mantido pelas elites econômicas através do controle que exercem sobre as instâncias de decisão do Estado, utilizando políticas e recursos públicos para atender a seus interesses.

Ao longo dos anos 90, as políticas neoliberais e suas implicações sempre enfrentaram o contraponto da ação de organizações da sociedade civil e, principalmente da atuação fundamental dos movimentos sociais. O acúmulo de forças dessas organizações e as alianças construídas permitiram em 2003 a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, num clima de esperança de mudanças..

Contudo, infelizmente, o Governo Lula vem mantendo a mesma lógica conservadora no que diz respeito à política econômica, e ainda não demonstrou resultados expressivos em termos de políticas inovadoras para a superação das desigualdades e da concentração de poder e recursos. Tradicionais formas de corrupção e cooptação de parlamentares e lideranças continuam tendo força.

⁴ Síntese de Indicadores Sociais – 2002, IBGE.

A economia brasileira, que nos anos 1980 era a 8ª economia do mundo, caiu em inícios do novo milênio para a 14ª posição no ranking mundial. Os elementos estruturais que alimentam os processos de empobrecimento e enriquecimento continuam inalterados. Velhas e novas formas de pobreza e exclusão convivem no país num processo combinado e desigual. A velha vulnerabilidade social se expressa sobretudo no Norte e Nordeste, com um acesso restrito à educação, alimentação, o mercado de trabalho e outros mecanismos de emprego e geração de renda. Nas grandes regiões metropolitanas, como por exemplo Rio de Janeiro e São Paulo, a extrema desigualdade está associada a um tipo de nova pobreza. Apesar de ter algum grau de educação, experiência em trabalhos formais e famílias pouco numerosas, cada vez mais pessoas são ameaçadas pela nova vulnerabilidade social enfrentando desemprego e uma situação de renda insuficiente.

Enquanto isso, as pessoas ricas continuam imunes ao empobrecimento do país e de sua população. A liberalização do capital, nos anos 90, permitiu a captura dos benefícios das políticas macroeconômicas em favor dos interesses diretos de um seletivo grupo de famílias ricas no Brasil. O mesmo regime de *rentier*, que sufoca a produção e o trabalho, aprofunda a pobreza e a exclusão social. Em 2004, um pequeno grupo de operadores financeiros concentrou 75% das ações da riqueza nacional.

O estado brasileiro no início do século XXI é um espaço cruzado por interesses contraditórios e de diferentes tipos de elites (financeira, agroindustrial, industrial e das oriundas dos processos de privatização), corporações transnacionais, funcionários públicos, sindicatos, movimentos sociais e outras forças da sociedade civil e do mercado. O que está em jogo é mudar ou não as relações de poder que fortalecem o autoritarismo, o patrimonialismo, o clientelismo, a corrupção e as novas formas neoliberais de apropriação privada dos recursos públicos. Mudar ou não as relações de poder visando a criação e promoção de direitos humanos, sociais, econômicos culturais e ambientais nos amplos setores da população pobre e excluída. Aprofundar ou não a democracia, promovendo a participação ativa e o controle cidadão nas diferentes formas de governança dos bens públicos. Fortalecer uma concepção e prática da cidadania como construtora de sujeitos ativos, com capacidades e oportunidades para escolher os seus próprios destinos, ou inversamente, tanto reproduzir os tradicionais clientes dos favores das elites quanto difundir a nova versão neoliberal de cidadãos restritos ao papel de meros consumidores. Isto é, mudar ou não as relações de poder que reproduzem as desigualdades sociais e os processos de empobrecimento e de enriquecimento no Brasil.

4. Marco de referência: O que produz e reproduz os processos de empobrecimento?

Os porta-vozes da globalização neoliberal, como o FMI e o Banco Mundial junto com a maior parte da mídia e das elites, manifestam-se publicamente no sentido de que não há alternativas ao atual modelo de desenvolvimento e que a pobreza que atinge milhões de indivíduos nos diferentes continentes é resultado, principalmente, da incompetência dos seus países – principalmente os do sul - para executar de forma “adequada” os receituários, reformas e ajustes ditados por aqueles organismos ou da corrupção que deteriora os seus sistemas políticos. A pobreza aparece como quase inevitável e de responsabilidade dos próprios países pobres.

Estes porta-vozes têm conseguido pautar a discussão sobre a superação da pobreza em termos de “mais do mesmo”, isto é, da continuidade das políticas

macroeconômicas dominantes, a redução do Estado, a privatização dos bens públicos, e a promoção de políticas de alívio da pobreza compensatórias ou focalizadas. Isto é, não enfrentando as questões redistributivas e de justiça social necessárias para a mudança do atual modelo de desenvolvimento. Esse modelo está na origem, aprofunda e expande os processos de empobrecimento.

Para ActionAid Brasil os processos que geram desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos, grupos, regiões e/ou países no acesso a recursos (tais como poder, renda e prestígio) se constituem nas principais causas de produção e reprodução das situações de pobreza e de exclusão social, agindo como processos de empobrecimento. Em alguns casos, as situações de pobreza podem também estar também provocadas pela escassez de recursos, por exemplo, em países ou regiões onde a produção geral de recursos econômicos é insuficiente para garantir o mínimo indispensável para os seus cidadãos. Este processo e situações - que se tem potencializado no atual modelo neo-liberal - não permitem a igualdade das capacidades básicas e das oportunidades reais de todas as pessoas. .

A pobreza como um estado de desempoderamento

A pobreza diz respeito a situações de restrição das capacidades básicas e das oportunidades reais de pessoas e grupos. Ou seja situações de privação das liberdades de uma pessoa ou comunidade para levar o tipo de vida que ela tem direito de valorizar. As capacidades são poderes para fazer ou deixar de fazer ações ou coisas que permitam as pessoas escolher genuinamente os seus destinos. Por sua vez, as oportunidades dos diferentes grupos de pessoas, não se restringem as disponibilidades de recursos, mas também aos direitos formais e reais, à auto-estima, ao acesso aos processos decisórios, ao poder de iniciativa e ao reconhecimento de sua voz na comunidade num determinado contexto histórico.

Em situações de pobreza, os indivíduos não conseguem ter o poder suficiente para exercer o direito de acesso a recursos que lhes permitam manter um padrão mínimo de vida, porém digno, de acordo com as características historicamente estabelecidas na sua sociedade (pobreza relativa). Ou até de exercer o direito de ter acesso aos alimentos necessários ou aos recursos mínimos para sobreviver fisicamente (pobreza absoluta). Em nossa visão a pobreza é basicamente um estado de desempoderamento.

Desigualdade social e empobrecimento

A importância dos processos que geram desigualdades e reproduzem o empobrecimento fica muito evidente em países que apresentam um nível de desenvolvimento econômico intermediário, porém com marcadas diferenças na distribuição de renda e riqueza. É o caso do Brasil onde a proporção de indivíduos em situação de pobreza é três vezes maior de países com renda *per capita* similar. Como se vê, o Brasil está três vezes mais pobre do que poderia estar, não por falta de desenvolvimento econômico, mas por ser um dos países de maior desigualdade na distribuição de renda do mundo.

Assim, no Brasil, os processos que geram *desigualdade social* – e não a falta de recursos - são a principal causa da pobreza e da exclusão social. Neste país, a concentração de poder, riqueza e renda e dos outros diferentes *capitais* - social, cultural, ambiental etc - é resultado de um processo histórico que se mantém em razão

do controle econômico e político exercido pelas elites nacionais e locais sobre o Estado e o mercado. Elas têm utilizado as políticas e os recursos públicos em benefício próprio. Estas práticas vêm sendo adotadas há séculos e têm se intensificado recentemente com o neoliberalismo, sob a égide dos grandes grupos financeiros e das corporações internacionais.

A superação das situações de pobreza

A pobreza é uma questão política que diz respeito à manutenção ou mudanças das relações de poder. Se a renda é gerada no mercado, ela é apropriada na sociedade. Isto é, a sua redistribuição - se ocorrer - se deve a um processo de conquista política dos setores empobrecidos e excluídos. A verdadeira superação das situações de pobreza implica na mudança das relações de poder existentes que produzem e reproduzem os processos de geração de desigualdades. Dessa forma, as políticas de superação da pobreza têm que enfrentar a questão re-distributiva no acesso aos recursos disponibilizados pela sociedade. E, para tanto é necessário haver na sociedade uma forte vontade política que oriente o Estado na busca da justiça social e promova a construção de um modelo de desenvolvimento humano, democrático, justo e sustentável

Para a ActionAid Brasil, a idéia de que não existe alternativa ao atual modelo de desenvolvimento que predomina na globalização neoliberal está errada. A construção de um modelo de desenvolvimento humano, democrático, justo e sustentável é um projeto possível e necessário. Um modelo que vise:

- a justiça social com a democratização de oportunidades e a promoção e criação de novos direitos humanos, sociais, econômicos, ambientais e culturais;
- a superação das estruturas de poder que criam as desigualdades sociais e reproduzem os processos de empobrecimento;
- a democratização da governança em todos os níveis com a ampliação da participação popular, do monitoramento das políticas públicas e outras formas de controle cidadão do Estado;
- a desprivatização do Estado, democratizando-o e transformando o estatal em público;
- a superação do acesso a bens e serviços públicos ou coletivos enquanto consumidores privados ou através do clientelismo, promovendo formas cidadãs de acesso a esses serviços, baseadas na organização popular e em diferentes formas de ação coletiva;
- a ênfase na prosperidade e não no crescimento, protegendo a sustentabilidade das economias nacionais e locais e a liberdade de movimento da força de trabalho;
- o fomento de modos de produção e consumo solidários com acesso democrático aos bens coletivos e às riquezas produzidas;
- a promoção da qualidade de vida com a sustentabilidade ambiental;
- a promoção do fortalecimento do caráter regulatório do Estado sobre os mercados;
- a promoção de políticas redistributivas, direcionando investimentos e outros recursos para as regiões e grupos onde predominam situações de pobreza e exclusão.

5. Nossa abordagem: Como combatemos os processos de empobrecimento em ActionAid Brasil?

Baseando-nos no conhecimento que obtemos com a experiência, com o estudo e com o diálogo e reflexão sobre as práticas de organizações parceiras, estamos continuamente aperfeiçoando os métodos e meios que utilizamos visando contribuir na superação dos processos de empobrecimento. Tendo como marco geral a construção de um modelo de desenvolvimento democrático, humano, justo e sustentável, o conjunto de abordagens integradas descrito a seguir sustenta todo o nosso trabalho, com prioridades determinadas pelas circunstâncias locais e nacionais.

A promoção e defesa dos direitos das pessoas pobres e excluídas

A abordagem principal do trabalho de ActionAid Brasil é a que procura assegurar que os direitos das pessoas pobres e excluídas sejam respeitados, promovidos, protegidos e cumpridos tanto no âmbito do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Num país como Brasil - o último de América em abolir a escravidão e um dos mais desiguais do mundo – a luta pelos direitos dessas pessoas assume diferentes frentes. Desde a luta pelo respeito, cumprimento e real universalização dos direitos já estabelecidos (Isto é, o reconhecimento das populações pobres e excluídas de exercer plenamente os seus direitos civis, políticos e laborais enquanto indivíduos, cidadãos e trabalhadores). Até a luta pelo reconhecimento legal e prático de direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Assim, para ActionAid Brasil o combate aos processos de empobrecimento implica na necessidade de organizar suas atividades em torno da luta pelo direito a segurança alimentar, o direito a uma educação com qualidade, os direitos das mulheres visando a equidade de gênero, os direitos em pro da equidade racial, a defesa do direito à cidade, a democratização do direito à saúde, o direito à seguridade humana e o direito à uma justa e democrática governança.

O empoderamento como construção do poder cidadão

O empoderamento está na base da luta por direitos. As pessoas e grupos empobrecidos – em particular, as mulheres - não têm o poder suficiente para fazer valer seus direitos e superar o estado de pobreza a que são submetidos pelas relações de poder existentes. Sendo a pobreza um estado de desempoderamento, superá-la passa, necessariamente por alterar as relações de poder.

O empoderamento se constitui num meio para a transformação das relações de poder existentes, para fazer valer a universalização dos direitos e para a erradicação da pobreza. O empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Através do empoderamento visa-se que essas pessoas venham a superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas.

Porem não é qualquer processo de empoderamento que garante a superação de ideologias autoritárias e negadoras dos direitos fundamentais da pessoa humana. A forma como as pessoas pobres e excluídas constroem-se enquanto sujeitos, isto é, o processo e o tecido social organizativo através do qual eles viram agentes são os que vão a definir a adoção e/ou defesa de valores fundados nos direitos humanos e nos princípios democráticos. Assim, é fundamental que o processo de empoderamento esteja orientado para a conquista do poder cidadão, fundado no respeito pelos direitos

humanos, numa busca permanente da radicalização da democracia e numa real capacidade de incidência nas políticas públicas em pró das pessoas pobres e excluídas.

A ActionAid Brasil pretende seguir contribuindo nos processos de empoderamento criando condições para que os pobres e excluídos, em particular as mulheres, constroam o poder cidadão e se tornem protagonistas na luta pela conquista da cidadania.

A organização e mobilização: o papel dos movimentos sociais e das ONGs

No Brasil, os movimentos sociais e as ONGs operacionalizam empoderamento, direitos e participação como dimensões do mesmo processo político: a luta pela cidadania.

Os movimentos sociais são um instrumento fundamental de mobilização social para criação e promoção de direitos, pressão por políticas públicas e democratização do acesso aos recursos sócio-econômico-culturais da sociedade, bem como para a ampliação dos espaços de participação popular e do poder cidadão.

O trabalho de organização e mobilização promovido por ActionAid Brasil visa propiciar a participação ativa das populações pobres e excluídas – em particular as mulheres - nas organizações de base; incentivar que essas organizações de base se articulem formando ou integrando movimentos sociais; e por sua vez, favorecer a articulação horizontal dos movimentos através da formação de redes e coalizões em todos os níveis (local, nacional e internacional),

ActionAid Brasil opta por apoiar diretamente tanto o trabalho das organizações de base como a atuação dos movimentos sociais na defesa dos direitos dos pobres e excluídos. Ao mesmo tempo propiciamos a construção de parcerias com ONGs que compartilham os elementos fundamentais de nossa missão, visão e valores, que atuam com legitimidade junto a essas populações e de forma articulada com os movimentos.

Também buscamos mobilizar cidadãos e a sociedade civil em todo o mundo para combater a pobreza e a injustiça. Damos particular apoio a jovens envolvidos na formação de redes de solidariedade que ultrapassam as fronteiras locais e nacionais.

Fortalecimento das capacidades: abordagens participativas e transparência.

Uma parte substancial de nosso trabalho prático envolve o uso de técnicas simples para ajudar as pessoas pobres e excluídas a descobrirem quem e o quê gera a pobreza e a injustiça que eles sofrem. Essa articulação feita por eles mesmos é um passo primordial no caminho para o empoderamento, o desenvolvimento de soluções e a mobilização conjunta.

Ao mesmo tempo trabalhamos com nossos parceiros – organizações de base, movimentos sociais e Ongs - para fortalecer sua organização em termos de gestão política e financeira e da implementação de diagnósticos, planejamento e monitoramento participativo. Promovemos a capacidade de incidência dos parceiros nas políticas públicas, visando consolidar sua participação autônoma nos espaços de formulação, gestão e monitoramento das mesmas. Propiciamos também o acesso a informação das pessoas pobres através da difusão de práticas de prestação de contas

às comunidades e de transparência no uso dos recursos financeiros e humanos por parte de ActionAid Brasil e de seus parceiros institucionais.

Em relação ao nosso processo interno de aprendizado, também conferimos grande importância às nossas avaliações participativas anuais, que nos dão o feedback das pessoas pobres e excluídas com quem trabalhamos.

O fornecimento de treinamento, informação e troca de experiências e os processos de reflexão são a espinha dorsal de nosso trabalho de fortalecimento de capacidades.

Atendimento de necessidades imediatas e desenvolvimento de ações demonstrativas.

Continuamos a prestar apoio em serviços essenciais, sob a forma de treinamento, informação, recursos financeiros e materiais ou ajuda de emergência, para atendimento de necessidades imediatas das pessoas pobres e excluídas. O trabalho em serviços não é um fim em si mesmo, mas um meio para empoderar as comunidades, de modo a que possam defender seus direitos e pressionar os governos para a implementação de programas e políticas públicas específicos.

Não pretendemos duplicar ou substituir as ações e obrigações do Estado. O apoio a serviços visa principalmente o desenvolvimento de ações demonstrativas que por sua eficiência e eficácia na melhoria da qualidade de vida das comunidades, venham a ganhar legitimidade enquanto germen de políticas públicas adotadas pelos governos.

Fortalecimento de redes, promoção de campanhas e o trabalho de tradução

O fortalecimento de redes e a promoção de campanhas podem vir a contribuir ativamente no combate aos processos de empobrecimento. Estas formas de organização / atuação desempenham um papel fundamental ao possibilitarem acúmulos de forças, mobilização popular, troca de experiências e conhecimentos para as disputas nas esferas públicas visando a promoção dos direitos das pessoas pobres e excluídas. Significam também o fortalecimento de relações mais democráticas e horizontais entre as organizações comprometidas nas lutas por direitos. Assim ActionAid Brasil apoia uma maior participação das organizações de base e dos movimentos sociais nas diferentes redes e campanhas em que participa, Os processos que geram desigualdades e empobrecimento apresentam diferentes faces no cotidiano. O seu enfrentamento faz com que movimentos sociais e redes se ocupem de campos temáticos e arenas de luta específicas. Mas, ao mesmo tempo, é preciso que as várias agendas e os vários atores dialoguem e interajam para promover as transformações necessárias do modelo de desenvolvimento existente causador dos processos de desigualdade e empobrecimento. Faz-se necessário construir pontes que articulem a diversidade. Isto é, promover o trabalho de tradução da diversidade de demandas, agendas, lutas e experiências entre os vários atores da sociedade civil que trabalham em diferentes arenas políticas no plano local, nacional ou internacional. A ActionAid Brasil tem como elemento fundamental de sua abordagem incentivar esse trabalho de tradução.

As redes e campanhas representam a possibilidade de construção dessas pontes entre diferentes atores e agendas, buscando a convergência em torno de objetivos comuns. No plano internacional, a ActionAid Brasil entende o Fórum Social Mundial como um espaço privilegiado para o encontro de redes, articulações e campanhas na direção da superação dos processos de empobrecimento, colaborando no esforço

mundial de tradução das diversas lutas e demandas sociais, na busca de um modelo de desenvolvimento democrático, humano e sustentável.

A produção e difusão de conhecimentos: promover alternativas e influenciar os formuladores de políticas e a opinião pública.

A luta pela superação dos processos de empobrecimento também se trava no plano simbólico, através da produção de conhecimentos e da difusão de mensagens através dos meios de comunicação.

Os discursos do mainstream desviam o foco das verdadeiras causas que originam e perpetuam as situações de pobreza. Porém são eles que dominam o acesso aos meios de comunicação, influenciando os formuladores de políticas, confundindo a opinião pública e deslegitimando a voz das pessoas pobres e excluídas assim como as ações e propostas alternativas construídas por eles junto com os movimentos sócias e organizações da sociedade civil.

ActionAid Brasil também enfrenta este desafio de produção de conhecimentos e comunicação de sua visão e proposta. Para isso propicia um olhar crítico sobre os sistemas, políticas e práticas existentes que reproduzem as situações de pobreza e a injustiça social. Junto com universidades, instituições acadêmicas, ongs e movimentos sociais implementamos pesquisas-ação participativas para elaborar e divulgar projetos inovadores de desenvolvimento. Desenhamos modelos que buscam ampliar a compreensão dos processos que geram desigualdades e empobrecimento, para melhor combatê-los. Procuramos sistematizar e registrar escrita e visualmente as práticas de nossos projetos e campanhas, garantindo uma memória de nosso trabalho e o compartilhamento das lições aprendidas. E finalmente, comunicamos os resultados através de cartilhas, boletins, livros, meios eletrônicos e mensagens para a imprensa.

5. Metas para a superação dos processos de empobrecimento

Meta 1: As pessoas pobres e excluídas, articuladas em organizações de base, movimentos sociais e redes, exercerão o poder cidadão para garantir e ampliar seus direitos.

Meta 2 As mulheres pobres e excluídas, articuladas em organizações de base, movimentos sociais e redes, ganharão poder para garantir e ampliar seus direitos.

Meta 3: Os cidadãos e a sociedade civil, ampliando as alianças e o debate público sobre a superação das desigualdades sócias e os processos de empobrecimento, lutarão pela universalização dos direitos e a justiça social.

Meta 4: A democratização da governança, centrada na transparência, na ampliação da participação popular e do controle social promovera a implementação de políticas públicas redistributivas, visando um novo modelo de desenvolvimento, humano, democrático, justo e sustentável.

7. Prioridades estratégicas da ActionAid Brasil – 2004-2009

Na sua nova estratégia “Direitos para por fim á pobreza” ActionAid International concentrará os esforços em torno de seis temas estratégicos, relacionados a direitos fundamentais para as pessoas pobres e excluídas, e nos quais a abordagem especial e a experiência da instituição podem fazer grande diferença. Esses seis temas relacionados aos direitos que se superpõem e se entrecruzam são: direitos das mulheres, direito à educação, direito à alimentação, direito humano à segurança durante emergências e em situações de conflito, direito à dignidade e à vida em face do HIV/Aids e direito a uma governança justa e democrática.

Levando em conta esses temas estratégicos ao mesmo tempo que considerando as necessidades, aspirações e planos das pessoas pobres e excluídas e suas comunidades, organizações e movimentos com que trabalhamos; as lições aprendidas com a nossa estratégia prévia; as peculiaridades do contexto; o potencial de criar e trabalhar em conjunto com coalizões e alianças; o potencial de sucesso e geração de mudanças duradouras; e as capacidades e competências organizacionais que dispomos e pretendemos adquirir, ActionAid Brasil estabeleceu as suas prioridades estratégicas para o período 2004-2009. Elas são: o direito á segurança alimentar, o direito á educação, os direitos das mulheres e o direito á uma governança justa e democrática. Ao mesmo tempo, pelas características que assumem os processos de reprodução de desigualdade e pobreza no Brasil, identificamos o direito á equidade nas relações raciais como um tema estratégico para ActionAid Brasil.

Os temas de direito humano à segurança durante emergências e em situações de conflito e direito à dignidade e à vida em face do HIV/Aids, que não se constituem hoje em nossas prioridades serão promovidos através de ações restritas e/ou do acompanhamento, pelos pontos focais respectivos em nossa equipe, de questões da estratégia internacional.

As prioridades estratégicas identificadas por ActionAid Brasil assumem a forma institucional de Programas Temáticos. Essas prioridades guiaram nosso trabalho em toda a sua abrangência a nível local, nacional, regional e internacional. Cada ação dos Programas deve contribuir para o cumprimento das metas e, portanto, da nossa missão.

A operacionalização destes Programas Temáticos se realiza através da construção de parcerias para implementar projetos de desenvolvimento local, do fortalecimento de redes e da realização de campanhas.

A escolha das parcerias da ActionAid Brasil leva em conta por um lado, o compartilhamento da nossa missão, visão, valores e dos elementos fundamentais de nossa estratégia. Ao mesmo tempo consideramos a legitimidade e reconhecimento das organizações e movimentos parceiros ante as comunidades pobres e excluídas. Procuramos também avaliar o impacto atual e potencial das ações dos mesmos na redução das desigualdades e dos processos de empobrecimento.

Foco geográfico

Na estratégia anterior, durante a fase de implantação de ActionAid Brasil, concentramos o foco geográfico de trabalho no Nordeste rural e no Sudeste Urbano, tanto por serem as regiões e áreas, na época, onde se concentravam os maiores bolsões de pobreza, como também devido as restrições em termos de recursos humanos e financeiros da organização.

Nesta nova estratégia, e como já estava delineado na anterior, pretendemos continuar trabalhando nessas regiões incluindo agora a região Norte (Amazônia) onde os processos de empobrecimento se manifestam também de forma crescente.

Uma outra modificação é que dada às características que assumiu nos últimos tempos o processo de empobrecimento no Brasil, não cabe mais restringir o trabalho nessas regiões a áreas rurais ou urbanas de forma exclusiva. A agudização desses processos em áreas urbanas do Nordeste e em áreas rurais do Sudeste fazem inócuas o foco anterior. Sendo assim, trabalharemos em projetos de desenvolvimento local, fortalecimento de redes e promoção de campanhas, tanto em áreas rurais como urbanas das três regiões.

Projetos de desenvolvimento local

A ActionAid Brasil promove, através de parcerias, projetos de desenvolvimento local em áreas rurais e urbanas nas regiões brasileiras de maior concentração de pobreza. Os projetos têm em comum:

- ✓ o empoderamento das pessoas pobres e excluídas, em particular as mulheres;
- ✓ o fortalecimento das organizações de base, movimentos sociais e Ongs locais;
- ✓ a capacitação para a participação na elaboração e o monitoramento de políticas públicas;
- ✓ a luta por direitos básicos como educação, saúde e segurança alimentar;
- ✓ o desenvolvimento de ações demonstrativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e que auxiliem no diálogo com os governos na busca pela implantação de políticas públicas permanentes
- ✓ os processos de planejamento, implementação e monitoramento participativo, visando difundir uma cultura de prestação de contas, transparência e controle social pela população pobre e excluída, porem, que atua como agente nos projetos .

Nas áreas rurais, estas linhas são implementadas tendo como foco o desenvolvimento da agroecologia e o acesso mais justo á terra e ao mercado, como alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar, em particular, em assentamentos de reforma agrária.

Nas áreas urbanas, o foco está voltado para a luta pelo direito à cidade através da mobilização social e a atuação nos Conselhos de Direitos para garantir o acesso à moradia digna e aos serviços essenciais como saneamento ambiental (água, esgoto e lixo), transporte, educação e atenção à criança e ao adolescente. Esse conjunto de ações contribui para enfrentar a grave situação de violência gerada pela presença do tráfico de drogas e armas nas favelas e periferias das cidades.

As ações apoiadas pela ActionAid Brasil em termos locais estão em sintonia com estratégias de alcance nacional e internacional. Elas procuram influenciar as agendas de políticas públicas. e contribuir para a ampliação da legitimidade das organizações

parceiras, abrindo possibilidades para que elas atuem de maneira mais articulada em relação a outras organizações e ao Estado.

Fortalecimento de redes

A ActionAid Brasil entende a atuação em rede como uma importante estratégia de ação e reflexão. Esta articulação consiste na promoção do trabalho conjunto por parte de atores sociais que nem sempre têm a oportunidade de dialogar ou atuar de forma integrada. Nossa participação se dá principalmente através da inclusão de temas relacionados à superação dos processos de empobrecimento na agenda de diferentes redes, organizações não governamentais e movimentos sociais. Nosso objetivo é estimular que as organizações parceiras em programas de desenvolvimento local se articulem e/ou conformem redes (assim como se articulem em campanhas)

Em relação ao trabalho de fortalecimento de redes e articulações nos plano local, regional, nacional e internacional, os diferentes programas temáticos têm como referência comum:

- ✓ a procura do engajamento das organizações de base e dos movimentos sociais em diferentes redes;
- ✓ o trabalho de influência no planejamento e execução de políticas governamentais;
- ✓ o apoio ao empoderamento das mulheres em situação de pobreza e exclusão social e á articulação das suas organizações, buscando ampliar e qualificar a sua participação e ação política;
- ✗ o investimento na produção de conhecimento de modo a qualificar as ações políticas e o intercâmbio de experiências.
- ✗ propiciar a participação de organizações parceiras como atores no processo do Fórum Social Mundial, enquanto espaço privilegiado de fortalecimento e articulação de redes.

Campanhas

Ao longo dos últimos anos, a ActionAid Brasil teve um papel de liderança no desenvolvimento de diversas ações de pressão e de influência sobre a opinião pública e sobre a ação governamental, em particular em temas como o direito à educação e à segurança alimentar.

Estas ações são desenvolvidas através de campanhas, em articulação com dezenas de outros parceiros nacionais e internacionais, procurando influenciar na elaboração ou na mudança de políticas públicas relacionadas aos processos de reprodução de desigualdades e pobreza.

7.1. Os Programas Temáticos

Os Programas temáticos têm como ponto de partida diferentes estágios iniciais..O desenvolvimento pleno dos mesmos nos próximos anos está condicionado tanto pela experiência e articulação prévia que a equipe da ActionAid Brasil possui em relação a cada um deles, quanto pelas possibilidades de se viabilizarem os recursos necessários para realização das atividades previstas.

Programa do Direito à Segurança Alimentar

Os habitantes da zona rural estão entre os mais empobrecidos do país. Com apenas 14% de toda a população brasileira, o meio rural possui o 38% da população em situação de pobreza. São aproximadamente 20,8 milhões de pessoas pobres, principalmente nas regiões nordeste e norte, que vêm também denegados seus direitos sociais a saúde, educação, lazer e infra-estruturas básicas como saneamento, acesso à água potável, eletrificação, telefonia, transportes e habitação.

Esse quadro é resultado de relações de poder que beneficiam a velhas e novas elites agrárias e agroindustriais. A pesar disso, atualmente no Brasil, o modelo do agronegócio, que tem nas grandes corporações um dos seus atores e beneficiários principais, é fortemente valorizado pelo governo federal que busca garantir superávit primário através de exportações agrícolas.

Este modelo tem influenciado as posições oficiais do governo nas negociações dos acordos internacionais de comércio, seguindo a lógica de sujeição à liberalização de mercado neoliberal. Seus interesses também têm orientado a posição do governo em favor da introdução de novas tecnologias como a de sementes geneticamente modificadas, que contribuem para a perda de autonomia dos agricultores e para a restrição de seus direitos, intensificando assim os processos de empobrecimento nas áreas rurais. Essas posições têm prejudicado a agricultura familiar que responde por 70% dos empregos no campo e 40% da produção agropecuária nacional.

A falta de democratização no acesso a recursos naturais e produtivos pelas pessoas pobres e excluídas se mantém, uma vez que a reforma agrária e as políticas públicas para a agricultura familiar ficam relegadas ao segundo plano, piorando a situação de falta de segurança alimentar no país. Os movimentos sociais do campo como o Movimento dos Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG), e a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF) assim como outras organizações de trabalhadores rurais e da sociedade civil, como a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) estão fortemente mobilizadas e abertas ao trabalho em rede a fim de viabilizar a efetivação de ações que visem o desenvolvimento de um modelo centrado na agricultura familiar e na agroecologia. Porém, os governos têm dificultado sua participação nas esferas de tomada de decisão, negando a concretização da radicalização da democracia.

Ações básicas

- Empoderamento dos agricultores pobres – principalmente das mulheres – na luta pelo acesso democrático à terra, água, sementes e outros recursos do agro-extrativismo.
- Apoio a comunidades pobres para a implementação de ações que visem garantir o direito de segurança alimentar e que auxiliem no diálogo com os governos na busca pela implantação de políticas públicas permanentes
- Incentivo a experiências locais, intercâmbio de conhecimentos e articulações de organizações de agricultores para promover o modelo agroecológico como a alternativa para o acesso democrático e sustentável a recursos naturais;
- Fortalecimento de movimentos sociais e redes de organizações de agricultores familiares, trabalhadores rurais e sem terra para o trabalho de influência política em reforma agrária e segurança alimentar
- Demandar pelo aumento da transparência e democracia na condução da política governamental de segurança alimentar.
- Dar visibilidade aos impactos dos acordos comerciais internacionais sobre a agricultura familiar através da Campanha de Comércio e aprimorar a capacidade da sociedade civil organizada – incluindo movimentos sociais e organizações da agricultura familiar – para defender seus interesses nesse tema;

- Monitoramento do setor corporativo transnacional, em particular visando a defender dos interesses das populações em situação de pobreza.
- Promoção da produção e a democratização do acesso ao conhecimento dos temas de segurança alimentar.

Programa do Direito à Educação

Embora o país tenha tido alguns avanços nos indicadores tradicionais de educação ao longo da última década, a média de anos de estudos concluídos pela população adulta (25 anos de idade) é de 6,1 anos em 2002⁵ (o que equivale a não conclusão do ensino fundamental). No Brasil, existem cerca de 14,6 milhões de analfabetos e aproximadamente 30 milhões parcialmente analfabetos (pessoas que podem assinar seus nomes, mas não conseguem ler)⁶. Se considerarmos estes indicadores à luz das diferenças regionais e entre grupos raciais, as disparidades tornam-se mais evidentes. Ampliar o acesso à educação e garantir a sua qualidade social são ao mesmo tempo direitos fundamentais das pessoas pobres e excluídas, assim como um fator estratégico para melhorar a distribuição de renda no país⁷.

A crescente privatização da educação minou a obrigação fundamental do Estado de educar seus cidadãos. Para nós a educação é um direito humano fundamental, é responsabilidade do Estado e elemento essencial de uma política de desenvolvimento comprometida com a justiça social.

Os compromissos assumidos durante a campanha presidencial de 2002, vêm sendo ignorados pela atual gestão. O Ministério de Educação tem optado por conduzir políticas e programas que não enfrentam a restrição de recursos para educação assim como não combatem efetivamente a falta de qualidade no ensino público brasileiro.

No âmbito dos Estados e Municípios a situação educacional também apresenta graves problemas. A ausência de creches, bem como um ensino médio de pouca qualidade, vem afligindo as famílias das comunidades mais pobres.

O Programa tem como atores privilegiados desde as populações pobres e excluídas que fazem parte dos projetos de desenvolvimento promovidos por ActionAid e seus parceiros locais, até a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação; a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Fórum Brasil de Orçamento e o Fórum de Educação de Jovens e Adultos.

Ações básicas

- Apoio aos grupos de excluídos e desfavorecidos, especialmente meninas, para que tenham acesso à educação de qualidade a que têm direito.
- Ampliação do papel de ator da ActionAid Brasil no campo da discussão política educacional regional, nacional e local, procurando pautar o tema dos processos de empobrecimento e das relações de poder.
- Difusão das experiências internacionais da ActionAid nos diversos debates sobre políticas públicas educacionais.

⁵ IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2003

⁶ IBGE - Censo 2000

⁷ Ferreira, Sérgio e Veloso, Fernando – Estudo sobre Transmissão da Desigualdade Educacional no Brasil (Matéria publicada no jornal O Globo em 29/02/2004).

- Incentivo a participação cidadã na governança da educação através de iniciativas como o monitoramento de orçamentos e o envolvimento na reforma de políticas e sistemas.
- Fortalecimento da organização da sociedade civil através do apoio à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, à Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação e ao Fórum de Educação de Jovens e Adultos e redes locais que lutem por políticas públicas educacionais de qualidade.
- Influência política para que a alocação de recursos pelos governos nacionais e por doadores internacionais seja feita em conformidade o que estabelece a Constituição Nacional.
- Estimulo de um maior intercâmbio entre parceiros de projetos locais sobre as suas experiências educacionais.

Programa dos Direitos das Mulheres

As desigualdades de gênero permeiam, historicamente, todas as esferas da sociedade brasileira. As mulheres, sobretudo as negras, são a maioria entre os grupos mais pobres da população. Em média, o rendimento feminino é 60% do rendimento dos homens na mesma ocupação, acentuando-se essa diferença no caso de mulheres negras. O acesso das mulheres a recursos como terra, crédito, habitação, formação profissional e emprego enfrentam barreiras primárias como dupla jornada de trabalho, o precário acesso à informação e a ausência de documentação. A essas barreiras soma-se a forte discriminação, que encontra nos altos índices de violência doméstica e sexual a sua face mais perversa: a cada 15 segundos um ato de violência contra a mulher é praticado no país.

Apesar dos grandes avanços e dos direitos conquistados pelo movimento de mulheres e feminista nas últimas décadas, ainda persiste uma grande distância entre essas conquistas e a situação em que vive a maioria das mulheres nos setores mais excluídos do país, especialmente nas áreas rurais, nas periferias urbanas e entre mulheres negras. Além disso, as organizações locais de mulheres enfrentam problemas básicos de sobrevivência e as articulações e redes necessitam ser fortalecidas. As organizações da sociedade civil e movimentos sociais, por sua vez, ainda têm pouca participação feminina em espaços de decisão, assim como apresentam dificuldades de considerar a dimensão de gênero como estruturante dos processos de empobrecimento e de desigualdades sociais. Desta forma, o foco do Programa está tanto na ampliação do diálogo entre os movimentos de mulheres e os demais movimentos sociais, assim como na promoção do empoderamento das mulheres no processo de luta e construção de seus direitos e participação dos espaços de decisão política.

Ações básicas

- Promoção do empoderamento das mulheres em situação de pobreza e exclusão social e de suas organizações e redes, ampliando e qualificando sua participação política.
- Garantizar que a dimensão de gênero, articulada com a questão racial, seja considerada indissociável dos processos de empoderamento, das ações e das políticas de combate à pobreza apoiadas e promovidas pela ActionAid Brasil;
- Promoção de ações que levem à ampliação do acesso e controle das mulheres sobre os recursos naturais, financeiros, produtivos, humanos, culturais e sociais.

- Atuação no programa de gênero da ActionAid Internacional, estimulando o debate sobre a participação política das mulheres como elemento indissociável do combate aos processos de empobrecimento e exclusão social;
- Acompanhamento das políticas internacionais sobre gênero e direitos das mulheres, especialmente a agenda pós-Beijing, e a atuação dos movimentos de mulheres do Brasil e no nível internacional.

Programa do Direito à uma Governança Justa e Democrática

Atualmente os tipos de governança que predominam nos níveis internacional, nacional e local adotam uma perspectiva neoliberal centrada no poder mercado, que reforça o poder deste, do unilateralismo e das grandes corporações. Outras se centram numa visão gerencial do Estado, intensificando o poder das elites nacionais e da burocracia. E ainda permanecem junto com as anteriores um tipo de governança que revigora o clientelismo, o prebendalismo e fortalece o poder das elites tradicionais. Estes tipos de governança não são justas nem democráticas. Elas não criam espaços para os interesses das pessoas empobrecidas e excluídas. Pelo contrário, se constituem em entraves que propiciam a reprodução dos processos que geram desigualdades e empobrecimento.

O processo de criação de uma governança justa e democrática implica em mudanças nas relações de poder entre a sociedade o Estado e o mercado. Ele precisa envolver ativamente as populações pobres e excluídas, movimentos sociais e redes, assim como construir alianças com outras organizações sociais e políticas e o engajamento crítico com diferentes instâncias do Estado. Faz-se necessário enfrentar o desafio de democratizar o acesso ao Estado potencializando os mecanismos de controle cidadão e a participação popular na elaboração e gestão de políticas públicas. Democratizar o acesso ao mercado, através da regulação do setor privado, da ampliação de sua responsabilidade social, do monitoramento do impacto das grandes corporações, da denuncia da especulação imobiliária, do fortalecimento da economia solidária. Democratizar o acesso dos pobres e excluídos aos movimentos, redes e demais organizações e instituições da sociedade civil.

Cabe lutar pela democratização da governança visando que as populações pobres e excluídas tenham o direito de acesso a recursos naturais básicos (terra, água, floresta) como também a uma vida digna nas cidades. Neste último caso, em nosso país, a aprovação do Estatuto das Cidades representou um grande avanço do ponto de vista legal/institucional para a efetivação do Direito à Cidade para as populações empobrecidas. Contudo, ainda há um grande caminho a percorrer para efetivação desses direitos. O Brasil chegou ao século XXI com 82% de seus 170 milhões de habitantes vivendo em cidades, extremamente desiguais e injustas onde a pobreza se expressa e é reproduzida, negando-se os direitos sociais básicos a uma grande parte dos seus habitantes. A falta de segurança pública, gerada pela presença do tráfico de drogas e armas e ausência do poder público, tem se agravado nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras. O quadro de violência inibe a capacidade de organização da população e faz dos jovens as suas maiores vítimas. Porém, através do trabalho junto a organizações de base, redes e movimentos sociais, e com a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, abrem-se grandes possibilidades para a democratização da governança urbana na qual, os movimentos populares e seus aliados possam vir a influenciar criticamente na construção e implementação de políticas que revertam os processos de empobrecimento.

O desafio para uma organização como a ActionAid Brasil reside na promoção das mudanças nas relações de poder visando a democratização da governança. Uma governança baseada em direitos e centrada nas pessoas enfatizando a participação dos cidadãos e a capacidade das pessoas pobres e excluídas de questionar, reivindicar direitos, tomar decisões e cobrar responsabilidades das instituições. Uma governança que contribua no processo de radicalização da democracia, potencializando a transformação das pessoas pobres e excluídas em sujeitos ativos, promovendo e garantindo o seu principal direito: o direito de ter novos direitos.

Ações básicas

- Empoderamento de pessoas pobres e excluídas – em particular mulheres - para reivindicar direitos, participar de processos de tomada de decisão e influenciar políticas públicas.
- Identificação, monitoramento e promoção de experiências de democratização da governança ao nível federal, estadual e local, em particular as desenvolvidas em Conselhos e Fóruns de políticas públicas como o Conselho Nacional das Cidades.
- Empoderamento e articulação de movimentos sociais, redes e outras organizações da sociedade civil – como os movimentos populares de moradia - que trabalham pela reconstrução de governos responsáveis, instituições internacionais democráticas e a efetiva regulação das corporações transnacionais
- Promoção da responsabilidade e transparência dentro e entre as organizações da sociedade civil nos níveis local, nacional e internacional.
- Engajamento crítico trabalho com legisladores e formuladores de políticas locais, estaduais e nacionais para democratizar o processo de tomada de decisão, especialmente no que se refere a políticas que reproduzem os processos de desigualdade e empobrecimento
- Contribuição com a ActionAid Internacional na luta pela construção de novas simetrias de poder global no sistema de governança internacional
- Contribuição na democratização da governança propiciada no processo do Fórum Social Mundial.
- Defesa e promoção de campanhas, nacionais e internacionais, em prol de comércio justo, cancelamento da dívida dos países pobres, políticas de ajuda às pessoas pobres e implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas
- Produção e difusão de conhecimento sobre iniciativas que propiciem a transparência e o controle social das ações governamentais por parte dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Programa do Direito à Equidade nas Relações Raciais

A sociedade brasileira é estruturada por desigualdades raciais que se reproduzem ao longo de décadas e trazem conseqüências concretas em termos de restrição de oportunidades para a população negra. A taxa de analfabetismo dos negros é duas vezes mais alta que a dos brancos. Os indicadores de rendimento médio da população ocupada apontam que homens e mulheres afrodescendentes recebem apenas metade do valor pago a homens e mulheres brancas, respectivamente. Entre os 10% mais pobres da população, quase 68% declararam-se pretos e pardos, enquanto, entre o 1% mais rico, 88% declaram-se brancos⁸. Recentemente setores do governo têm iniciado, ainda que timidamente, a implantação de políticas voltadas para a população

⁸ IBGE, 2002

negra. Também existe um maior reconhecimento e visibilidade das desigualdades raciais que se acumulam historicamente.

O movimento social negro e anti-racista tem sido responsável por importantes conquistas no campo do reconhecimento da existência do racismo e também do início de adoção de políticas de ação afirmativa. A ActionAid Brasil considera estratégico o empoderamento dessas populações e o fortalecimento dos seus movimentos visando promover o direito à equidade nas relações raciais

Ações básicas

- Sensibilização da equipe da ActionAid Brasil com relação à interseção entre as lutas contra a pobreza e contra o racismo e as desigualdades raciais;
- Sensibilização das organizações parceiras da ActionAid Brasil quanto à persistência do racismo e das desigualdades raciais na sociedade brasileira, possibilitando a identificação de estratégias anti-racistas a serem desenvolvidas nas suas atividades institucionais;
- Empoderamento das populações negras pobres e excluídas.
- Fortalecimento do movimento social negro e sua articulação com os demais movimentos sociais, principalmente aqueles que atuam voltados para a superação de processos de empobrecimento.
- Monitoramento constante das políticas de promoção da igualdade racial em curso.
- Possibilitar a participação da ActionAid Brasil como interlocutor nos debates sobre a implantação da agenda do Plano de Ação de Durban no Brasil, com especial atenção para as políticas de promoção da igualdade e a análise do papel do Estado brasileiro na concretização desta agenda;
- Aprofundamento da análise sobre as causas da exclusão racial e sua interseção com os processos de empobrecimento.
- Ampliar a consciência pública sobre a luta anti-racista, através de atividades de comunicação e circulação de informações.

8. Implicações Organizacionais

Após o período de criação e de abertura de atividades, com a sua nova estratégia 2004-2009, ActionAid Brasil entra em sua fase de consolidação e aprimoramento institucional. Nesta fase devemos mais ainda cumprir nossas responsabilidades para com as pessoas pobres e excluídas e seus movimentos sociais, para com nossos parceiros e para com os apoiadores que nos contemplam com seu tempo, dinheiro e solidariedade.

Nesta fase, em termos organizacionais, enfrentamos vários desafios:

Aumento da participação na governança da ActionAid:

O Conselho Diretor Nacional desempenha um papel fundamental na governança da ActionAid Brasil e contribui em todos os processos de discussão estratégica e de mudança institucional. Seus membros participaram ativamente dos debates sobre o processo de internacionalização. Em setembro de 2003, a ActionAid Brasil se tornou formalmente parte da ActionAid Internacional como membro fundador. O Conselho do Brasil, através de seu presidente, vem tendo uma participação intensa no Conselho da ActionAid Internacional.

A participação na ActionAid Internacional aumentou a responsabilidade do sistema de governança da ActionAid Brasil e a necessidade de compartilhar essa experiência com os outros membros da ActionAid. Também implicou na adaptação do sistema de governança da ActionAid Brasil aos padrões da ActionAid Internacional, o que significa ampliar a composição do Conselho Nacional e reconstituir sua Assembléia com representação de organizações parceiras, membros de movimentos sociais de pobres e excluídos, de outras organizações da sociedade civil e dos setores público e privado.

O aumento da participação ativa de representantes da sociedade em nosso sistema de governança e a contribuição de nosso Conselho e Assembleia na governança de ActionAid internacional é um outro desafio a enfrentar nesta nova fase.

Descentralização dos processos de decisão: a promoção de uma segunda geração de líderes

Com o objetivo de ampliar o trabalho da organização, promover vínculos micro-macro, descentralizar o processo de tomada de decisões e facilitar a formação de uma segunda geração de líderes na equipe, a ActionAid Brasil criou um sistema de gestão descentralizado assim como reorganizou suas atividades temáticas:

I) A ActionAid Brasil criou uma Coordenação Estratégica composta pelo conjunto das coordenações (Executiva, Coordenação Geral e Coordenações específicas de Programas Temáticos; assim como as Coordenações de áreas funcionais: Finanças e Administração, Captação de Recursos, Vínculos Solidários, Parcerias Institucionais e Comunicação) onde as decisões políticas institucionais e financeiras são tomadas. Ao mesmo tempo foi constituída uma Coordenação Executiva (composta pela Coordenação Executiva, a Coordenação Geral de Programas, a Coordenação Financeira Administrativa e a Coordenação de Captação de Recursos), responsável pela supervisão da implementação das decisões tomadas pela Coordenação Estratégica, assim como do acompanhamento da administração financeira, dos recursos humanos e do trabalho institucional.

II) Após a fusão dos departamentos de projetos e de políticas e campanhas, o a atuação temática está sendo organizada em Programas específicos (já mencionados) que promovem o trabalho de desenvolvimento local, a promoção de redes e campanhas.

A consolidação e aprimoramento do novo sistema de gerenciamento e dos programas temáticos, é um desafio para ActionAid Brasil visando maximizar processos e metodologias participativos e transparentes para a tomada de decisão, desenvolvendo assim a capacidade e a autonomia de toda a sua equipe.

Desenvolvimento das capacidades e responsabilidades da equipe

O novo formato institucional da organização confere aos coordenadores dos Programas Temáticos a responsabilidade pelo monitoramento de projetos, o trabalho de promoção de redes e influência política em nível nacional e internacional assim como a um papel ativo na captação de recursos,. Por isso, será necessário o reforço de suas capacidades para efetivamente assegurar sua autonomia e responsabilidade. O aumento de responsabilidades e a garantia de contínuo desenvolvimento e motivação de nossa equipe deverá contribuir para uma estratégia de retenção em casos em que a experiência e credibilidade pessoais contribuirão enormemente para ampliar a influência da ActionAid Brasil.

Buscaremos e reforçaremos uma política de contratação que dê prioridade ao empoderamento e à equidade da equipe em termos de gênero e raça.

O maior desafio para o período será a introdução de uma nova cultura institucional na qual a forma descentralizada de trabalho implica maior autonomia, responsabilidade e transparência. A elaboração de novas políticas funcionais ajudará a tornar efetivo o processo de descentralização.

Aprimoramento e Fortalecimento da Estratégia de Captação de Recursos

A ActionAid Brasil pretende aprimorar suas atividades de captação de recursos para capitalizar a capacidade potencial dentro do Brasil e no exterior, aumentando sua receita através de parcerias autônomas. Essa nova estratégia, sustentada por uma atividade de prospecção permanente, visa não só explorar oportunidades de captação, mas também estabelecer e manter uma relação de longo prazo mais ampla com doadores e agências a fim de construir nossa capacidade de captação e nossa visibilidade dentro desse setor. As atividades serão conduzidas em conjunto com as diferentes equipes de Captação de Recursos e estarão sujeitas as restrições e regulamentações institucionais. O trabalho de prospecção será dirigido principalmente às fundações com buscas focadas nos mercados europeu e norte-americano, ambas regiões com vastos recursos financeiros, forte cultura filantrópica e amplas oportunidades de financiamento. Também será promovido, de forma seletiva e de acordo com as orientações específicas de ActionAid International, a captação de recursos corporativos. A fim de garantir uma estratégia de captação de recursos bem sucedida, todos os coordenadores de programas da ActionAid Brasil serão envolvidos ativamente nos esforços de levantamento de fundos.

Paralelamente ActionAid Brasil tentará expandir seu potencial de captação de recursos também através da uma estratégia específica de captação de doadores individuais que permita construir um Sistema de Vínculos Solidário no país.

Finalmente ActionAid Brasil se coloca como desafio continuar influenciando a reorientação da forma de realizar o trabalho de Vínculos Solidários visando sensibilizar doadores e famílias participantes dos projetos de desenvolvimento local em cada vez mais em questões de defesa de direitos e promoção de políticas públicas que em termos de oferecimento de serviços.

Reconstrução da Área de Comunicação

Para consolidar a nossa identidade e aumentar nossa influência, a área de comunicação necessita ser reconstruída, com um maior desenvolvimento de suas capacidades. As atividades de conhecimento compartilhado, em especial, adquirirão uma importância estratégica no sentido de potencializar o aprofundamento de nossa experiência e aumentar o diálogo com a ActionAid Internacional. A Área de Comunicação também deve prestar uma importante contribuição com produtos e materiais para o programa de captação de recursos de doadores individuais no Brasil.

Busca de maior efetividade e transparência nos sistemas administrativos

Um grande desafio nos próximos tempos será a descentralização da informação financeira e a garantia de sua permanente disponibilidade a fim de dar aos coordenadores de programas a autonomia e o conhecimento necessários. Da mesma forma, a maior automação dos procedimentos administrativos e o acesso a dados financeiros consolidados e corretos intensificará a capacidade interna e o aprendizado da equipe.

A melhoria dos sistemas de gerenciamento e transparência da ActionAid Brasil será seguida de um processo contínuo de capacitação das habilidades administrativas das organizações parceiras, visando empoderá-las e garantir sua autosustentabilidade, o que certamente repercutirá positivamente no nível dos projetos de desenvolvimento local.

8.1. Objetivos organizacionais

Para cumprir as metas e prioridades estratégicas relacionadas à nossa missão, e procurando dar conta dos desafios organizacionais recém comentados, estabelecemos cinco objetivos específicos principais. Assim esperamos que as ações e intervenções resultantes fortaleçam: nossa governança; as capacidades de nossa equipe; nossa estrutura, sistemas e cultura organizacional; a identidade institucional e a captação de recursos financeiros.

Objetivo organizacional 1. Fortalecimento de nossa governança e dos mecanismos de prestação de contas.

Para fortalecer a governança e a responsabilidade, nós vamos:

- ampliar a representatividade na governança da ActionAid Brasil, através da reconstituição da Assembléia e da expansão do Conselho Diretor, de modo a garantir uma maior inserção das pessoas pobres e excluídas e seus movimentos sociais, de outras organizações da sociedade civil, dos setores público e privado;
- manter uma comunicação contínua e permanente com o Conselho da ActionAid Brasil e reuniões trimestrais;
- estabelecer uma relação com o Conselho e a Assembléia que aumente nossa legitimidade como ator nacional.;
- aprimorar nossos processos internos de atribuição e cobrança de responsabilidades entre as diferentes partes e níveis da organização;
- incentivar a implementação da política de transparência de informação em todas as partes da organização;

- promover periodicamente auditorias externa e interna das contas da ActionAid Brasil;
- incentivar entre os parceiros a cultura de uma governança participativa e de metodologia do controle interno, transparência e prestação de contas.
- fortalecer os sistemas, competências e práticas destinados a assegurar o cumprimento de nossas responsabilidades, em primeiro lugar para com as pessoas pobres e excluídas e suas comunidades e organizações, mas também para com nossos apoiadores e doadores;
- continuar criando condições para uma efetiva participação de ActionAid Brasil na governança de ActionAid International, através dos Conselho Internacional e do Fórum de Diretores Afiliados; .
- investir no contínuo desenvolvimento de sistemas e práticas de governança da ActionAid Brasil em acordo com as orientações de ActionAid International, visando propiciar a coesão como organização internacional em rede.

Objetivo organizacional 2: Desenvolvimento das capacidades da equipe no marco de uma política institucional inclusiva

Para promover o desenvolvimento das capacidades de nossa equipe de pessoal que tenha como base a equidade nas oportunidades pretendemos::

- implementar uma política institucional inclusiva, estimulando a equidade de gênero, orientação sexual e etnia no recrutamento de profissionais;
- fortalecer o desenvolvimento de lideranças, especialmente das mulheres;
- sensibilizar a equipe para que amplie em seu cotidiano e rotinas de trabalho práticas de valorização da diversidade e respeito às diferenças;
- reforçar as capacidades da equipe para que possam efetivamente assumir e exercer de forma eficiente a autonomia e responsabilidade que está sendo propiciada através dos novos modelos de gestão descentralizada;
- investir no treinamento de funcionários, dirigentes e parceiros no que se refere a conceitos-chave, instrumentos, abordagens e técnicas, especialmente as relacionadas às abordagens baseadas em direitos, análises de poder, trabalho com parceiros e movimentos sociais, tradução de agendas e avaliações de impacto;
- dar os meios e incentivar nosso pessoal a refletir, capacitar-se e se desenvolver no dia-a-dia profissional, e a gerar e compartilhar conhecimento a partir de suas experiências profissionais;
- promover uma cultura de segurança pessoal e de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal;
- empenhar-nos em criar um ambiente de trabalho motivador e empoderador, em consonância com os valores e a abordagem da ActionAid .

Objetivo organizacional 3. Promoção de estruturas, sistemas e uma cultura organizacional que estimulem transparência, responsabilidades e participação.

Em termos de estruturas, sistemas e cultura organizacionais, nós vamos:

- promover uma cultura organizacional transparente e descentralizada que estimule a responsabilidade e propicie a participação nas tomadas de decisão internas;
- elaborar novas políticas funcionais e adaptar as existentes para que permitam tornar efetivo o processo de descentralização;
- montar e fortalecer equipes funcionais e temáticas em conformidade com os princípios de responsabilidade múltipla e com nossas prioridades programáticas;

- propiciar que a equipe de coordenadores programas e funções contribua efetivamente com parte de seu tempo e esforço para as ações a serem desenvolvidas conjuntamente com ActionAid International;
- aperfeiçoar e tornar mais clara a gestão do nosso trabalho que se realiza sobre diferentes temas e em diferentes funções, esclarecendo as conexões existentes entre as diversas áreas;
- desenvolver métodos práticos e transparentes para alocação estratégica de recursos, em consonância com nossos planos e prioridades organizacionais;
- investir em tecnologia para melhorar a eficiência e gerir eficazmente o trabalho de equipes virtuais e distantes umas das outras;
- proporcionar tempo e recursos para a capacitação dos membros da equipe;
- desenvolver sistemas para promover a eficácia das comunicações internas e para estimular a entrada de conhecimento e opiniões de fora;
- conceber sistemas e práticas organizacionais, incluindo pesquisa e documentação, para encorajar a inovação e o aprendizado a partir da nossa experiência das outras organizações;
- fazer que as atividades de aprendizado não sejam vistas como “extras” ao trabalho rotineiro da equipe, garantindo tempo e recursos para este aprendizado a todos os membros;
- melhorar a produtividade e desenvolver indicadores de desempenho que nos permitam monitorar nossos avanços e avaliar o impacto de nosso trabalho.

Objetivo organizacional 4. Fortalecimento de nossa identidade institucional

Visando consolidar nossa identidade junto às organizações parceiras, aos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, ao Estado, ao setor privado, às instituições de pesquisa e opinião pública em geral, enquanto ator social de referência na superação dos processos de empobrecimento, procuraremos:

- reconstruir e desenvolver as capacidades internas da área de comunicação;
- estabelecer e enriquecer através de uma assessoria especializada uma rede de contatos com jornalistas dos diferentes meios de comunicação
- investir no uso de novos meios de comunicação e outras formas de tecnologia para ampliar nosso público
- manter constantemente atualizada a *homepage* da ActionAid Brasil visando transformar ela numa referência entre os formadores de opinião;
- estabelecer um banco de dados e de imagens permanentemente atualizado sobre as causas da pobreza e o trabalho de instituições que atuam no seu combate, para ser usado como fonte de consulta por formadores de opinião, jornalistas, parlamentares, ONGs e pesquisadores;
- propiciar a produção e difusão sistemática de publicações e vídeos da ActionAid Brasil que reflitam nossa contribuição sobre o combate aos processos que geram desigualdade e empobrecimento;
- assegurar que as vozes das pessoas pobres e excluídas sejam parte de nossas campanhas e nosso trabalho de defesa de direitos e ganhem exposição na mídia
- investir no desenvolvimento de nossa competência para formular, executar e comunicar campanhas conjunta com nossos parceiros eficazes, claras, focadas e consistentes a nível regional, nacional e internacional
- procurar engajar mais ativamente aos jovens em nosso trabalho do local até o internacional.
- fortalecer a marca ActionAid através de campanhas de maior qualidade e visibilidade e de comunicação integrada com a captação de recursos
- oferecer a novos e antigos apoiadores mais e diferentes oportunidades de engajamento na ActionAid, além do apoio financeiro

Objetivo organizacional 5. Fortalecimento da captação de recursos financeiros.

:

Procurando garantir uma eficiente captação de recursos de fontes de financiamento diversificadas e afinadas com nossos objetivos estratégicos, vamos a:

- reconformar uma equipe específica, elaborar e implementar estratégias de captação de recursos para capitalizar a capacidade potencial existente dentro do Brasil e no exterior;
- envolver ativamente e capacitar os coordenadores de programas da ActionAid Brasil nos esforços captação de recursos;
- trabalhar articuladamente com as diferentes equipes de Captação de Recursos de ActionAid International, e de acordo com as suas restrições e regulamentações institucionais.
- estabelecer e manter uma relação de longo prazo mais ampla com doadores e agências a fim de construir nossa capacidade de captação e nossa visibilidade dentro desse setor;
- diversificar nossas fontes de recursos, nossos produtos e doadores, com o objetivo principal de reduzir riscos, salvaguardar nossa autonomia e aumentar nossas oportunidades para influenciar as políticas dos doadores;
- diversificar nossos métodos de captação de recursos e os meios utilizados para assegurar que espelhem corretamente o trabalho que fazemos;
- levantar recursos que possam ser aplicados com mais flexibilidade, para serem usados onde sejam mais necessários;
- promover de forma seletiva e de acordo com as orientações específicas de ActionAid International, a captação de recursos corporativos.
- desenvolver e implementar uma estratégia específica de captação de doadores individuais – incluindo um Sistema de Vínculos Solidário no país - e que venha a contribuir com, ao menos, o 15% dos recursos captados em 2009;
- buscar aumentar significativamente nossos recursos de longo prazo provenientes de indivíduos e instituições, visando duplicar até 2009 o volume de recursos obtidos em 2004.;
- continuar influenciando a reorientação do trabalho de Vínculos Solidários visando sensibilizar doadores e famílias participantes dos projetos de desenvolvimento local da importância das questões de defesa de direitos e promoção de políticas públicas;
- manter reservas compatíveis com nosso crescimento e a evolução dos riscos que enfrentamos.

9. Monitoramento e avaliação

Transparência, Aprendizado Mútuo, Participação e Empoderamento são eixos-chaves dos processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação adotados pela ActionAid Brasil, em sintonia com os procedimentos usados internacionalmente pela organização.

O desafio central é garantir ao máximo que estas façam parte de um processo de aprendizado mútuo a partir do qual tanto a ActionAid Brasil como as organizações parceiras possam aprimorar suas reflexões e ações de modo a avançar cada vez mais na luta contra os processos de empobrecimento e as desigualdades sociais no Brasil.

Neste sentido, a ActionAid Brasil continuará motivando e dando suporte para que as diversas organizações parceiras criem e coloquem em pleno funcionamento suas próprias estruturas e sistemas, fomentando uma cultura de reflexão e de aprendizado.

Assim sendo, todo diálogo e prática da ActionAid Brasil estará voltado para verificar como os sistemas de Planejamento, Monitoramento e Avaliação adotados tenham conseguido dar conta dos seguintes aspectos:

- *Aprendizado mútuo*: a ampliação da capacidade crítica de reflexão e de aprendizado das entidades, para que possam repensar suas idéias e ações.
- *Participação*: se todos os atores sociais envolvidos, principalmente os setores mais empobrecidos e excluídos, estão tendo espaço e voz ativa
- *Relações de poder*: se as relações de poder (internas e externas) existentes estão sendo consideradas em sua reflexão e tomada de decisões.
- *Gênero*: se esse aspecto têm sido contemplado em suas reflexões e ações.
- *Racismo*: se a análise das desigualdades baseadas no preconceito racial tem sido incorporada nos projetos locais, nas redes e campanhas.
- *Transparência*: se os resultados de suas ações e reflexões têm sido compartilhados com os diversos setores envolvidos em seu trabalho.

Tanto as diversas organizações parceiras como os departamentos internos da ActionAid Brasil continuarão sendo solicitados a buscar ao menos dois exercícios anuais de reflexão e revisão do trabalho efetuado

As ações que já estão completando três anos deverão passar por avaliações externas que ampliem a reflexão crítica sobre os alcances e impactos de nosso trabalho.

Os principais desafios nesse campo para o triênio são:

- Aprimorar nossas estratégias de Planejamento, Monitoramento e Avaliação no que se refere à luta por direitos e influência em políticas públicas e em contextos de ações em rede (nacionais e internacionais);
- Aperfeiçoar o uso de indicadores (qualitativos e quantitativos) que auxiliem uma análise mais apurada do impacto das ações políticas da ActionAid Brasil e das organizações parceiras.

As ações desenvolvidas pela ActionAid Brasil em todos os níveis serão objeto de processos de monitoramento sistemático, procurando também propor diretrizes e prioridades para a elaboração da nova Estratégia Nacional para o próximo período.

10. Análise de Risco

Sabemos que são inúmeros e complexos os desafios que iremos enfrentar nos próximos anos, a fim de concretizar as diretrizes e prioridades que apresentamos nesta estratégia. De modo a qualificar ainda mais nosso plano de ação e reflexão para o período 2004-2009, empreendemos um exercício de análise de risco, identificando os principais obstáculos que podemos encontrar nessa jornada, e, principalmente, planejar potenciais estratégias para superação destes desafios.

Meta 1: As pessoas pobres e excluídas, articuladas em organizações de base, movimentos sociais e redes, exercerão o poder cidadão para garantir e ampliar seus direitos .

Risco potencial:

- Que os processos de luta por direitos desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil não consigam ser participativos e inclusivos o suficiente para empoderar e viabilizar a liderança dos setores mais pobres e excluídos;
- Que a atuação em redes, caso efetuada sem planejamento estratégico para delimitação de focos e sinergias prioritários, venha a criar dispersão de uso de energia e de recursos (como, por exemplo, uma demanda para inserção e atuação maior que o potencial efetivo de cada entidade), vindo, deste modo, a limitar, ao invés de otimizar, a força política das entidades.

Estratégias de superação:

- Efetuar exercícios regulares de revisão e reflexão acerca dos processos participativos e estruturas de governança adotadas pelas organizações parceiras;
- Estimular a consolidação de metodologias participativas de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das organizações e redes.

Meta 2 As mulheres pobres e excluídas, articuladas em organizações de base, movimentos sociais e redes, ganharão poder para garantir e ampliar seus direitos.

Riscos potenciais:

- *Reprodução dos padrões patriarcais nos processos participativos e nas estruturas de governança das organizações e redes da sociedade civil, limitando a possibilidade efetiva de empoderamento das mulheres, principalmente as mais pobres e excluídas;*
- *Que as próprias mulheres, principalmente as mais pobres e excluídas, não se sintam capazes de exercer a liderança da luta por seus direitos;*

Estratégias de superação:

- Efetuar análise crítica sistemática de como os processos participativos e estruturas de governanças das organizações e redes da sociedade civil estão propiciando um balanço eqüitativo de gênero e abrindo espaço para que as mulheres participem efetivamente das arenas de decisão e reflexão;
- Incrementar o estímulo e o suporte da sensibilização, empoderamento e mobilização das mulheres para que se tornem lideranças ativas na luta por seus direitos;

Meta 3: Os cidadãos e a sociedade civil, ampliando as alianças e o debate público sobre a superação das desigualdades sócias e os processos de empobrecimento, lutarão pela universalização dos direitos e a justiça social.

Riscos potenciais

- Indisponibilidade dos recursos necessários (financeiros e de canais de intervenção nos principais meios de comunicação) para conseguir influência efetiva no debate público sobre combate aos processos de empobrecimento, indo além do campo da sociedade civil organizada.
- Incapacidade de efetuar um balanço estratégico entre a luta pelo acesso universal a direitos e a implementação de lutas de ação afirmativa para os setores mais pobres e excluídos, especialmente mulheres e afro-brasileiros;

Estratégias de superação:

- Desenvolver estratégia de ampliação da visibilidade da ActionAid Brasil, junto a um público mais extenso, inclusive com a perspectiva de ampliar parcerias junto a potenciais doadores.
- Aprofundar o debate sobre universalização de direitos e ação afirmativa, de modo a possibilitar a estruturação de estratégias mais adequadas para o enfrentamento dos processos de empobrecimento e exclusão social;

Meta 4: A democratização da governança, centrada na transparência, na ampliação da participação popular e do controle social promovera a implementação de políticas públicas redistributivas, visando um novo modelo de desenvolvimento, humano, democrático, justo e sustentável.

Riscos potenciais:

- Que os espaços de governança participativa não se efetivem como arenas de influência em políticas públicas, devido à pressão de setores conservadores para esvaziar tais instâncias; cooptação de lideranças da sociedade civil; limites em termos de disponibilidade e recursos da sociedade civil para ocupar estes espaços, com assiduidade e qualidade.
- Que os setores progressistas percam espaço e capacidade de influência junto ao governo federal devido à ampliação das alianças do governo com setores conservadores.
- Enfatizar mais do que necessário a dimensão de oferecimento de serviços em detrimento de ações de influência em políticas públicas, tendo em vista o forte apelo da implantação de ações de atendimento direto (tanto junto a comunidade como em relação a potenciais financiadores).

Estratégias de superação:

- Ampliar o investimento na qualificação e na otimização da atuação das redes e organizações parceiras da ActionAid Brasil nas arenas de influência em políticas públicas;
- Monitoramento das disputas políticas em torno do governo federal para revisão de nossas estratégias de participação em espaços de governança.
- Aprofundar junto às organizações parceiras da ActionAid Brasil o debate sobre o papel e o peso da prestação de serviços em suas estratégias de desenvolvimento local.